

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. A ACTUALIDADE DE CAMÕES E A CONSCIÊNCIA NACIONAL.**

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco

Ano: 1980 | Número: 90

---

### **Como citar este documento:**

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco, Notícias da Actividade Cultural. A Actualidade de Camões e a Consciência Nacional. *Revista de Guimarães*, 90 Jan.-Dez. 1980, p. 458-480.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# A ACTUALIDADE DE CAMÕES E A CONSCIÊNCIA NACIONAL

pelo Embaixador Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira

Não se apurou ainda — e acaso jamais será possível fazê-lo — se a história é realmente feita pelos povos, cabendo depois a alguns homens registá-la e descrevê-la, e à maioria dos homens esquecê-la. Mas a crónica da realidade humana diz-nos que efectivamente, de tempos a tempos, surgem homens que apontam caminhos não trilhados, e que os povos seguem. Esses homens constituem emanação de uma força colectiva: sintetizam os sentimentos da grei, interpretam e exprimem com lucidez as aspirações por vezes confusas da comunidade, são capazes de superar o imediato para antever um futuro largo, conseguem libertar-se do contingente ou acessório para atingir o que é essencial e é duradouro, ou mesmo permanente. Esses homens, criando nos demais a convicção de que tem a consciência superior das coisas, aliciam os espíritos, mobilizam as vontades, firmam novos padrões de valor a que nos momentos de crise, de dúvida, de angústia, outros homens se vêm amparar, buscando o conforto das certezas interiores e tomando como seus os objectivos por que valha a pena lutar. A esses homens todos lhes chamamos então homens de génio; e a realidade que deixam atrás de si, ao desaparecer, não é igual à que encontraram e fica enriquecida para gerações. Dir-se-ia que o homem comum é mais pobre do que a realidade encontrada e é esta que o forma; o homem de génio é mais rico do que a realidade e imprime

nesta o seu cunho. Decerto: todos os homens têm de ser havidos por iguais perante a lei, iguais nos acessos às oportunidades da vida, iguais perante justiça social. Mas os homens de génio existem, e bem acima dos demais; e uma igualdade artificial, decretada e imposta para além daqueles domínios, se não é simples demagogia e se procura converter-se em realidade, estiola o progresso, mata a liberdade, aliena os homens da vida, sucedendo ainda que pode bem esconder e mascarar a criação de uma classe de privilegiados que não fundam o seu privilégio em trabalho ou mérito mas num poder político que é quase sempre conquistado por cima de ruínas, violência e agressão de consciências. Mas voltemos aos factos: no mundo, no seio de comunidades nacionais, se estas mantêm intactas todas as suas forças e se não estão afectadas as suas estruturas morais, têm surgido sempre e hão-de surgir homens de génio — aqueles que rompem os quadros existentes, firmam as suas próprias coordenadas, desvendam ou criam realidades insuspeitadas ou até aí inexistentes, e apontam novos caminhos, por vezes bem ousados, aos outros homens.

Justamente, estamos aqui reunidos hoje, neste Dia de Portugal, para invocar e celebrar um homem de génio, desaparecido há quatrocentos anos. Direi melhor: para invocar e celebrar o génio de um homem. De um português, de um dos seis ou sete portugueses sem cuja obra, exemplo ou acção, Portugal não seria o que tem sido e o que é. Podemos e devemos exaltar em Luiz de Camões o poeta lírico, o poeta épico, o guerreiro, o humanista, aquele a quem na vida não faltou «*bonesto estudo, com longa experiência misturado*», como o poeta diz no final dos *Lusíadas*; podemos e devemos fazer o historial do homem e a exegese da obra; mas esse seria cometimento acima de mim, e não é o que nos importa e ajunta neste local e nesta hora. Além do poeta de génio e do humanista universal, há que sublinhar em Camões o português que teve consciência do que é Portugal. Sob este ângulo, creio mesmo que esta é a grande criação de Camões e a sua permanente mensagem: a consciência de uma consciência nacional. Sem dúvida: esta já se havia formado, já se havia imposto em Aljubarrota, já se havia traduzido em cultura e manifestado nas descobertas e navegações. Mas é justamente quando essa consciência nacional entra em declínio

que se ergue Camões — para a sublimar, para a fixar em termos que não podiam morrer, para a transmitir aos vindouros.

\*

\* \*

Na segunda metade do século XVI é a partir da corte, dos dirigentes, dos homens que deveriam ser responsáveis, que emanam os sinais de desagregação e decadência. O Rei afortunado, D. Manuel, casara três vezes com princesas castelhanas, e estas arrastaram para Portugal um acompanhamento de serventuários e cortesãos estrangeiros, de músicos, físicos, capelães, letrados, escudeiros, confessores, homens de corte, vindos de fora; para a alta roda era de finas maneiras exprimir-se em língua alheia, sobretudo em castelhano; prevalecia uma atmosfera de gozo eufórico; havia entre os governantes e seus apaniguados uma corrupção que alimentava a ostentação e o luxo de uma minoria. A administração e a corte de Lisboa, sem uma política e sem uma vontade, inutilizavam ou desaproveitavam os homens de fé e de isenção. Para lá dos mares, pela África e pela Índia, ainda se batiam alguns homens de carácter; mas a empresa das navegações, a manutenção dos domínios, a feitura das naus, haviam-se transformado em negócio especulativo e em lucro de comissões; a escolha dos responsáveis, os capitães do mar e os capitães de armas, dependia do favoritismo, do apoio de facções ou de grupos da corte, de intriga e de nepotismo, e não de mérito ou experiência. Depois, no reinado seguinte, de D. João III, e sem embargo das virtudes pessoais do homem, tudo se agravou. A corte e o escol da nação foram subjugados pelo espírito europeu, alheio aos interesses vitais do país, e que punha em causa os valores, os princípios, os interesses em que assentam a própria independência nacional. A Rainha, Catarina de Áustria, manteve-se sempre uma estrangeira, e dominava o Rei; e depois, durante a sua regência, entregou claramente Portugal ao poderio estrangeiro. A nobreza ficou

reduzida a ser serventuária do Paço; e no povo enfraquecera, se não se obliterara por completo, a antiga e altiva consciência do seu valor colectivo; mas de algum modo pressentia a campanha de desnacionalização conduzida pelos poderosos em nome dos seus interesses pessoais ou dos do seu grupo. Para os responsáveis, era mais importante manter uma posição pessoal ou de grupo do que defender interesses nacionais, de que aliás já nem pareciam ter nítida consciência. Por isso, alguns homens do povo, quando se discutia como educar D. Sebastião, exigiam: que *«vista à portuguesa, com o seu camareiro mor; coma à portuguesa; cavalgue à portuguesa; fale à portuguesa; todos os seus actos sejam portugueses; e com isto lhe fareis hábito para que tenha grande amor ao reino e coisas dele»*. Mas tudo isto pouco importava aos dirigentes. Estes, e seus grupos, estavam enfeudados ao estrangeiro, de que recebiam avultados fundos e a favor de cujos objectivos trabalhavam em Portugal; e por isso a visão que possuíam dos interesses portugueses conduzia-os somente a alinhar por aqueles a política portuguesa. No fundo, a sua visão levava-os a julgar, ou a dizer que julgavam, que o interesse e o bem de Portugal consistiam apenas em satisfazer o que outros diziam ser do interesse português, sem se aperceberem de que esses outros, ao dizê-lo, estavam a prosseguir objectivos próprios e não portugueses. Era a obediência a interesses e pressões alheias; era a prioridade concedida a problemas pessoais ou ambições de grupo sobre problemas nacionais; e era também a subserviência perante as ideias, os mitos, os princípios a que os grandes poderes da época, para proveito próprio, davam curso internacional generalizado, pretendendo persuadir os mais fracos de que também seria de sua vantagem adoptá-los. Todos sabemos as consequências deste extravio de consciência nacional, desta subserviência perante ideias alheias, desta infiltração de interesses de terceiros: a perda da independência nacional.

\*

\* \*

Em 1568, ainda menino de 14 anos, reinava D. Sebastião, e segundo as melhores fontes Luiz de Camões, vindo de Goa e de Moçambique, embarcou para Lisboa em 1569, devendo ter chegado ao reino por 1570. É ínfima a tença de 15\$000 ao ano, e pelo espaço de três anos e paga irregularmente, que lhe concede o Rei, em particular quando a comparamos com a tença de 50\$000 concedida à mulher de João de Barros e a de 150\$000 ao filho deste; e por isso se pode dizer que a vida de Camões no reino razou pela miséria; e parece fundamentada a frase de Diogo do Couto quando escreve: *« em Portugal morreu este excelente poeta em pura pobreza »*.

Na sua última década de vida — entre 1570 e 1580 — Camões compreende bem a crise nacional, a decadência da sociedade portuguesa, e vê quanto estava carcomido o cerne e apodrecidas algumas traves mestras da nacionalidade. Num passo de *Os Lusíadas*, exclama:

*«O favor com que mais se acende engenho  
Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
Duma austera, apagada e vil tristêza»:*

Justamente, essa vil tristeza provinha de se descurarem os problemas nacionais, que eram subordinados a problemas pessoais ou de facções. Camões verberava-os:

*«Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse  
A quem ao bem comum e do seu Rei  
Ante puzer seu próprio interesse».*

E por isso diz Camões que:

*«Nenhum ambicioso que quisesse  
Subir a grandes cargos cantarei,  
Só por poder com torpes exercícios  
Usar mais largamente de seus próprios vícios.»*

Em Portugal, di-lo o poeta, houve homens que

*«.....se desviam  
Do lustre e do valor dos seus passados,  
Em gostos e vaidades atolados.»*

Perante a decadência, a inversão de valores, a desnacionalização, Camões pergunta dolorosamente por que força de Destino não tem Portugal

*«.....um lêdo orgulho e geral gosto  
Que os ânimos levanta de continuo  
A ter para trabalhar lêdo o rosto.»*

Tudo isto se passa porque

*«.....aqueles que devem à pobreza  
Amor divino e ao povo caridade,  
Amam somente mandos e riqueza,  
Simulando justiça e integridade.»*

Para Camões, o uso da força e do poder tem de ser feito em prol do bem comum; e os que assim não procederem, não vencerão, pois

*«.....a vitória verdadeira  
É saber ter justiça nua e inteira.»*

Quantos frequentam os «*reais paços*», diz o poeta, «*vendem adulação*» e possuem «*bonras vãs*» e «*ouro puro*», mas não dão aos homens verdadeiro valor e por isso possuem aqueles bens sem os merecer.

Deste modo, e sem recurso a exegeses difíceis e eruditas, sabemos que Luiz de Camões, regressado de além-mar, tomou consciência dos males do reino, dos vícios do sistema, da falência dos dirigentes, da desagregação da sociedade, dos perigos corridos pela nação. Por isso, lançando um olhar a toda a história de Portugal, desce às raízes mais profundas do povo português, invoca os altos feitos, sublinha as grandes virtudes, assinala aqueles que por obras valorosas se foram da lei da morte libertando; mas por detrás de tudo, e como pano de fundo,

está o povo, a massa do povo português. Verdadeiramente, o que o poeta canta é o «*peito ilustre Lusitano*»; é o «*amor da Pátria*», «*não movido de prémio vil*», «*mas alto e quasi eterno*»; é em suma toda «*a gente Lusitana*». Verdadeiramente, o que o poeta reflecte, interpreta e exprime é uma *consciência nacional* que fixa numa linguagem nova, que recria em novos símbolos, que vive em novos heróis, que alicerça em novos valores só portugueses e de virtualidade permanente. Já foi dito por alguém com suprema autoridade — Carolina Michaëlis — que a verdadeira figura dominante de *Os Lusíadas* é a Pátria Portuguesa como entidade colectiva. Por isso *Os Lusíadas*, afirma-o a mesma autoridade, são um *livro nacional*. Deste facto, aliás, se aperceberam os coevos do poeta, e aqueles que lhe sucederam, até à actualidade. Por isso, pelo mundo culto, Camões foi havido como cantor da civilização ocidental, como tesouro lusitano, como expressão acabada do patriotismo português, como expoente da *consciência nacional*.

Da *consciência nacional*. Este facto é de importância máxima. Explica o papel que há quatro séculos Camões desempenha na vida moral da nação, o lugar eminente que ocupa no nosso património cultural e espiritual, e justifica o culto que lhe é tributado por geração após geração. Explica também o motivo por que alguns entre nós quiseram, nos últimos quatro ou cinco anos, negar Camões e expurgá-lo da vida nacional e bani-lo do ânimo do povo: é que o poeta representa as raízes de uma pátria, constitui base de apoio moral no presente, e diz-nos em suma que somos um povo que já vem dos confins da história e que, sem trair o seu carácter nem alienar os seus valores, há-de ter um destino a cumprir num futuro permanente. Sim: os que pretenderam negar Camões sabiam bem que objectivos prosseguiam: provocar a ruptura de raiz e absoluta com o passado válido, destruir os alicerces do homem português, tentar criar um homem novo, sem passado, sem dimensão espiritual, sem travejamento moral. Em suma: um homem português à mercê de novos valores políticos e sociais, de uma nova mística que integraria o povo português no messianismo colectivista em obediência a uma política e a um centro de decisão alheios. Era indispensável destruir a *consciência nacional*: destruir Camões era um largo passo nesse caminho. Esses mesmos,

ao que parece, querem hoje apoderar-se de Camões como se este fosse ou pudesse ser propriedade de qualquer ideologia, grupo ou partido. Segundo alguns, Camões teria mesmo sido colectivista, socialista, marxista. Não. Aquele homem de génio, que morreu em pura pobreza, foi só português, cegamente, incondicionalmente português; e é de nós todos porque se confunde com Portugal, que tem de ser de nós todos também.

\*  
\*   \*   \*

Se esta é a mensagem de Camões, caberá talvez perguntar como está sendo cumprida. Que é hoje a consciência nacional portuguesa? Quanta existe? Que noção tem, ou parece ter, dos problemas básicos que afligem a nacionalidade? Antes de mais, uma consciência nacional portuguesa pressupõe um quadro de independência nacional. Portugal não pode, no decurso do nono século da sua vida, duvidar de si próprio; e o povo português, sob pena de suicídio, não pode negar a sua solidariedade nacional. Uma nação é um sistema de certezas e um agregado de mistérios, partilhados por todos; e constitui uma comunidade diferenciada no conjunto das nações, com um destino próprio a cumprir. Ora nós temos de reconhecer que, depois da tempestade que se abateu sobre Portugal, a independência do país está profundamente afectada. Já foi dito que enfrentamos hoje a crise mais grave da nossa história. Isto é exacto. Mas o que é preciso afirmar também é que se trata de uma crise de natureza completamente diferente das precedentes. Em geral, e com verdade, toma-se Alcácer-Kibir como a derrota mais séria sofrida pela nação, tão séria que levou, em conjunto com outras circunstâncias, à perda da independência. Simplesmente, em Alcácer-Kibir, se fomos derrotados, não fomos iludidos; fomos vencidos por forças externas superiores mas não ficámos convencidos de que essas forças tivessem razão contra nós. Em *25 de Abril* fomos destroçados por forças internacionais operando internamente; mas o mais grave é que os responsáveis actuaram como se essas

forças, além de uma força que não tinham, tivessem ainda razão contra Portugal; e uma larga parte do povo, vítima de um ludíbrio colossal, foi arrastada a acreditar que o estrangeiro estava dentro da razão e da moral, e que Portugal era réu de crimes não especificados contra a humanidade, e que aquela tempestade vinha redimir. Pela primeira vez na história de Portugal, forças internacionais não só venceram forças nacionais como levaram estas a dar-lhes razão. Depois, o comportamento dos responsáveis — e o facto tem de ser assinalado com dolorosa mágoa, porque é Portugal que puseram em causa — caracterizou-se pela completa subserviência perante o estrangeiro. Portugal passou a ser e é na comunidade das nações um modesto caudatário; podem alguns cá dentro pretender iludir o povo com um prestígio externo que aliás não existe, e que não possuem; e na verdade, externamente Portugal é hoje uma entidade que, além de ignorada e desprezada, só conta quando se trata de satisfazer interesses ou objectivos alheios, a que nos colamos pressurosos e subalternos, ora em favor de uns, ora em favor de outros, raramente em nosso favor. Mas acontece que o conceito de nação, de pátria, continua a ser válido, e não está superado por outro. Eu vejo por esse mundo o culto do patriotismo, a veneração dos grandes valores nacionais, a exaltação da independência de cada país. Dir-se-ia que só em Portugal se procura desvalorizar e até cobrir de ironia e de ridículo tais palavras e tais conceitos, de que parece mesmo haver receio, com a alegação de que estão ultrapassados, ou de que se identificam com extremismos políticos. Pura e simplesmente, as duas alegações são duas mentiras. Então não vemos nós todos, todos os dias, afirmar-se com vigor o patriotismo americano, o patriotismo russo, o patriotismo de uma França, de uma Inglaterra, de um Brasil, e de todas as outras nações? E os países do *terceiro mundo* não estão todos os dias a reiterar olímpicamente e arrogantemente a sua soberana e intangível independência? Apenas em Portugal parecemos — ou parecem uns tantos — possuídos de um complexo de inferioridade que leva alguns, por abjecção ou demagogia, a minimizar o patriotismo e a independência; mas esses, por desgraça sua, são os que já não sentem Portugal. Por outro lado, é ainda o enquadramento da nação, de uma nação independente, que melhor protege, defende e sustenta os inte-

resses individuais; e fora do agregado nacional — não há nada. Pode suceder que, em séculos vindouros, venha a ser diferente; e que a uma nova arrumação da humanidade, perante novas descobertas e novas necessidades, corresponda uma vida a refazer em novas bases. Ninguém o pode saber. Para já, todavia, e num largo futuro previsível, nada disso se antevê, nem sequer como sonho ou ideal a prosseguir; e a nação é a realidade suprema na vida individual e na vida de relação internacional. Deste modo, restaurar a independência nacional efectiva — com a sua dignidade, o seu patriotismo, a sua autonomia de julgamento e decisão — afigura-se ser a tarefa prioritária que qualquer regime e qualquer responsável deveriam ter a peito. Em qualquer caso, impõe-se inventariar e alinhar os grandes problemas que afligem os portugueses como povo e como nação. Se olharmos a situação global portuguesa, aqueles parecem ser, por ordem não necessariamente prioritária: defesa nacional, política externa, economia.

\*  
\*   \*   \*

No contexto de uma consciência nacional, temos precisamente que tomar consciência de que somos hoje uma nação diferente, mas que nem por isso pode prescindir de ser defendida. Não pretendemos decerto atacar quem quer que seja, nem por nossa iniciativa são presumíveis conflitos entre nós e outros. Mas são de prever os conflitos entre outros, e que nos podem afectar de mil maneiras, e sempre devemos estar precavidos contra eventuais ambições de terceiros. Em ambos os casos, a defesa nacional é um imperativo. É um imperativo como expressão da dignidade da nossa soberania, e é um imperativo como necessidade político-militar. Nas querelas entre terceiros, pode cumprir que Portugal haja de definir uma atitude e tomar uma posição; e para que uma e outra sejam acatadas e se imponham ao respeito dos contendores empenhados em luta, há que possuir um mínimo de força armada. E quanto a ambições alheias? Convém não esquecer que a situação euro-atlântica de Portugal tem

valor, é importante, e por isso suscita ou pode suscitar ambições, algumas até tradicionais; se não temos hoje no mundo qualquer interesse vital a defender, têmo-lo na Europa, na Península Ibérica e no Atlântico Norte, e esse é tão vital que pode envolver a nossa própria independência; seria tola ingenuidade confiar esta à protecção de organismos políticos internacionais, perfeitamente inúteis neste como noutros particulares, ou à de algum país supostamente amigo, que não daria por nós um só tiro nem nos ajudaria, se antes de mais nós não estivéssemos dispostos e aptos a lutar e a ajudar-nos a nós mesmos; e em qualquer caso, se não quisermos ser um simples protectorado de outros, haveremos de contar em primeiro lugar, muito em primeiro lugar, com nós próprios. Importa ao país, portanto, possuir forças armadas; e se estas não têm que ombrear com as de grandes países, têm de possuir a capacidade defensiva suficiente para dissuadir quem quer que seja de nos fazer ameaças gratuitas ou mesmo pensar em simples passeios militares por território português. Por todas estas razões, um Exército, uma Marinha, uma Força Aérea parecem indispensáveis a Portugal. E é do interesse do povo português que as nossas forças militares, além de boa preparação técnica, estrutura apropriada, moderno e eficiente equipamento, tenham o ânimo nacional e sejam rodeadas do prestígio que cabe a Instituições Militares e que lhes permitam estar à altura das suas grandes responsabilidades.

Se de uma política militar passarmos, neste rápido inventário, à consideração de uma política externa, a primeira afirmação que cabe fazer com absoluta objectividade, parece dever ser esta: desde o *25 de Abril*, o país tem estado sem política externa que responda efectivamente pelos interesses nacionais. Submissão a ditames alheios, satisfazer os pedidos de uns e as ordens de outros, estabelecer contactos entre partidos de igual cor política, tomar decisões consoante afinidades ideológicas, multiplicar viagens e visitas, desdobrar-se em *relações externas* singulares ou paralelas — nada disto constitui nem tem que ver com política externa. Mais grave ainda: muitos dos responsáveis, pelo seu comportamento e pelas suas palavras, têm parecido sincera e honestamente convencidos do contrário, o que tem de significar que o conceito, a essência de política externa é qualquer coisa que lhes

escapa. Para mais, uma política externa implica uma ideia de Portugal, uma visão dos seus interesses, um quadro dos seus objectivos; e esses não parece que os responsáveis os possuam, ou pelo menos não os formularam para nossa ilucidação. Se encararmos a nossa política externa nas suas grandes linhas e despida de pormenores ocasionais, e se pusermos de parte os grandes temas mundiais que são referidos em comunicados apenas pró-forma, uma vez que não temos e sabemos que não temos a menor possibilidade de intervenção ou influência nesses problemas, dir-se-ia, sem ponta de sarcasmo descabido em questão tão séria, que a nossa política externa se tem cingido nos últimos cinco ou seis anos a receber e a retribuir cumprimentos e a negociar o empréstimo externo. É insuficiente. E no entanto, mais do que nunca, Portugal encontra-se numa encruzilhada da sua história em que a política externa assume uma importância que pode ser decisiva. Houve tempo — convém recordá-lo aos jovens — em que Portugal, pelas posições que detinha e pelos interesses que representava, possuía no mundo uma palavra de relevo; se era criticado e atacado, era respeitado e tomado muito seriamente; e no vasto Atlântico, no Índico, na África Austral, nenhum problema de vulto poderia ser resolvido sem audiência portuguesa: era assim muito ampla a capacidade de Portugal em negociar, em ser exigente na troca de favores e compromissos. Hoje, Portugal tem de confiar na política externa como sua primeira linha de protecção, de cobertura, de defesa em suma. Mais do que nunca também, Portugal é hoje um país de extrema vulnerabilidade: os interesses vitais portugueses estão à superfície: Portugal não tem, como outras potências, uma zona de manobra, uma área política de protecção em que se possa permitir erros: e por isso qualquer erro, qualquer passo em falso, afectam desde logo interesses vitais, e muitas vezes de forma irremediável. Reparemos, minhas Senhoras e meus Senhores, em que Portugal é o *único* país europeu que tem fronteiras apenas com um outro país; somos o *único* país europeu que tem um só vizinho; e para mais esse vizinho é três ou quatro vezes superior em área, recursos, população, capacidade militar. Por isso está-nos vedada a possibilidade de diversificação das nossas relações de vizinhança, de resistência à pressão ou hostilidade de um

vizinho buscando apoio de outro ou outros, como o podem fazer e fazem outras nações. E cumpre também sublinhar neste contexto outro facto. Já vimos que não devemos fiar de organizações internacionais a nossa segurança e a nossa independência. Devemos também saber que não podemos confiar à Europa continental a nossa protecção: não somos uma Bélgica ou uma Holanda cuja independência resulta, antes de mais, de ajustamentos sucessivos entre as grandes potências e das necessidades do equilíbrio europeu: e por isso temos de ver, porque a história o documenta e as realidades assim o corroboram, que ao equilíbrio europeu continental — já não o será para a Inglaterra — é indiferente uma península dualista ou unitária. Impõe-se portanto a maior prudência, a maior reserva, a maior vigilância, para não cairmos em ingenuidades que são perigos e para não negociar certos acordos que parecem inócuos e são portas abertas a influências disfarçadas que nos debilitam: e não estejemos convencidos de que os tempos são outros — para os coevos ingénuos os tempos são sempre outros — e de que situações do passado não se podem repetir, e de que a relação de forças foi alterada. Sobretudo, em momentos de crise como a que atravessamos: de crise nacional e de crise internacional. Neste particular, afigura-se conveniente que a massa dos portugueses pudesse aperceber-se de que a crise mundial é muito mais grave do que os nossos meios de comunicação social ou os nossos responsáveis dão a entender: são gravíssimos os riscos, é perigosíssimo o estado de tensão do mundo: parece erro pensar que as novas armas, pela tragédia imensa do seu emprego, conseguirão manter o equilíbrio pelo terror e evitar um conflito: para os coevos, existe sempre a convicção de que os grandes dramas são apenas pertença do passado e de que não podem repetir-se em nossos dias: de tais ideias apenas resulta depois mais dolorosa a surpresa. Para Portugal, é sobretudo perigoso que um novo drama mundial venha encontrar o país sem instituições políticas que tenham o apoio de um consenso nacional, sem uma estrutura económica, e acima de tudo sem uma política: isto poderá criar uma situação em que o país fique à mercê do primeiro acto de força alheio, ou da primeira ameaça ou pressão de outros, vindo assim a ser compelido a uma política que pode coincidir com inte-

resses de terceiros mas não necessariamente com interesses nacionais. Sob este aspecto, como sob mil outros, mais do que nunca se afigura indispensável, a unidade nacional. Unidade nacional no plano moral: unidade moral não quer dizer unidade ideológica e de vistas políticas: significa somente — mas o facto é de importância transcendente — solidariedade em torno dos supremos interesses nacionais e que os portugueses não abandonam ou esquecem estes em nome de bandeiras políticas alheias nem se subordinam a dísticos ideológicos vindos de além fronteiras. Depois, unidade nacional reflectida na integridade territorial. Se me fosse permitido, eu atravessar-me-ia a classificar de loucura suicida alguns antagonismos, aliás artificialmente provocados por não portugueses, que às vezes parecem manifestar-se entre norte e sul ou entre continentais e insulares. Nada, absolutamente nada o justifica: nem a raça, nem a língua, nem a religião, nem a economia, nem os interesses individuais e gerais. Será conveniente que os portugueses tomem consciência de que num caso e noutro são vítimas de forças externas, de matriz muito diversificada, e para as quais a nossa felicidade e o nosso bem estar contam por coisa nenhuma. Essas forças internacionais actuam muito particularmente em torno e contra os Açores e a Madeira. Nem no plano histórico, nem no plano étnico, nem no plano político, nem em qualquer outro se descobre a menor razão para os objectivos que alguns parecem desejar. Talvez isso não seja nítido para alguns madeirenses e alguns açoreanos. Mas para quem, como eu, tem vivido no estrangeiro e pode ter alguns contactos e informações, não subsiste a menor dúvida de que as forças internacionais que se agitam e impelem alguns (até sem que estes tenham disso consciência) são de natureza imperial e prosseguem objectivos exclusivamente militares e estratégicos, em que os arquipélagos são simples peões a serem sacrificados. Uma coisa é segura: para tais forças, e sem embargo das promessas aliantes e adormecedoras, a prosperidade, o progresso, o bem estar de madeirenses e açoreanos são perfeitamente irrelevantes: se uma independência fosse proclamada, e sustentada e protegida de fora como teria de ser, sob um signo supostamente atlântico, os arquipélagos teriam de enfrentar uma permanente agitação e infiltração subversiva vinda do norte de África

e da extrema-esquerda; no caso contrário, de uma suposta independência baseada no imperialismo de leste, não se sabe a que extremos poderia conduzir a tensão internacional provocada. O que importa salientar é que, numa hipótese e noutra, seria a miséria dos arquipélagos, a sua ocupação por forças estrangeiras, e a completa destruição do carácter, da cultura, da personalidade madeirense e açoreana, que tem florescido e devem continuar a florescer num conjunto português, mas que, integradas noutro conjunto ou por este sustentadas, seriam asfixiadas e mortas. Na integridade da nação portuguesa, açoreanos e madeirenses são evidentemente cidadãos de primeira classe em todos os planos, como os que mais o sejam, e nem é de admitir que em qualquer recanto de Portugal os haja de segunda classe; mas seria ingenuidade acreditar que algum país estrangeiro, qualquer que seja, vai generosamente, altruisticamente, lançar milhões sobre os arquipélagos sem apresentar uma factura que excederia em muito a dádiva. Neste ponto, como noutros, apetece exclamar, bradar: já cometemos suficientes erros históricos, e irremediáveis: por Deus, não cometamos mais um!

Neste apego tradicional e infeliz que temos para com mitos e ideias lançadas e sustentadas por estrangeiros para benefício deles, dir-se-ia que estamos hoje obsecados com a Europa, a Comunidade Económica Europeia, mais vulgarmente o Mercado Comum. Quando se analisa o que entre nós se diz e se faz neste contexto, dir-se-ia que tudo confiamos ao Mercado Comum e dele tudo esperamos: a nossa recuperação económica, o nosso bem estar, a nossa estabilidade social e política, parece mesmo que a nossa abastança. O Mercado Comum Europeu parece surgir aos olhos de muitos portugueses, e alguns responsáveis o têm apresentado a essa luz, como panaceia universal e milagrosa para os males que nos afligem: caritativamente, os países do Mercado Comum emprestar-nos-iam eternamente dinheiro que nos dispensaria de trabalhar, transfeririam para nós uma riqueza que é produto do trabalho deles, privar-se-iam dos seus melhores técnicos e profissionais para no-los cederem. Em suma, estaríamos perante uma gratuita cornucópia da felicidade. E tudo aquilo o Mercado Comum faria por nós — sem apresentar factura, sem exigir compensação. Ora, minhas Senhoras e meus Senhores, nós temos

de ter a coragem de enfrentar as realidades, e a primeira a ter em conta é esta: por muito surpreendente que pareça e por muito que entre nós se tenha procurado mascarar a verdade, tem de se dizer que uma Europa unida, federada, é um mito, e que o mercado comum europeu está ainda longe de ser um facto, e parece tender cada vez mais a sê-lo cada vez menos. Quando entre nós se afirma que o nosso futuro está na Europa, na integração europeia — está-se a fazer uma afirmação demagógica ou irresponsável. Compreende-se mesmo mal esta miragem que há cinco anos parece deslumbrar e ofuscar os portugueses. Entrar no Mercado Comum por motivos ideológicos, para demonstrar uma solidariedade democrática? Mas a democracia demonstra-se com a sua prática, e vejo que a Suíça ou a Áustria, ou a Suécia, não pertencem ao Mercado Comum sem que por esse facto sejam havidas como menos democráticas. Para demonstrar uma solidariedade moral e política com o Ocidente? Mas não somos nós membros da NATO, que é a maior coligação política e militar do Ocidente? Por motivos puramente económicos então? Decerto: estes são inteiramente legítimos: mas cingem-se a uma análise fria, calculada, ponderada de vantagens e inconvenientes. Que nos dá o Mercado Comum? Que exige de nós? Facemos as nossas contas, friamente, sem paixão contrária ou obsessão em favor. Poderemos concluir que nos convém ou que não nos convém. Nessa base, e só nessa base, tomemos a nossa decisão. Não andemos continuamente a proclamar pelo mundo a nossa ânsia de entrar e o nosso pavor de ficar de fora: quando fazemos isso, a nossa capacidade de negociação, que já é limitada, fica reduzida a zero. Sobretudo, não sejamos ingénuos e estejemos bem lúcidos quanto aos perigos económicos e consequentemente políticos também. Não acreditemos que o Mercado Comum se preocupa connosco, por nossa causa; não acreditemos numa integração europeia que aliás, a realizar-se, só nos poderia ser prejudicial se nos deixássemos abranger; não enfeudemos Portugal, criando servidões definitivas e subordinações permanentes, a uma construção que além de frágil tem em qualquer caso de ser havida como provisória, quando historicamente comparada com a vida de uma nação. Sobretudo, vejamos isto: a integração europeia, o Mercado Comum, supõe a criação de uma pauta exterior

comum, e portanto a livre acção de forças económicas e financeiras entre os países membros. Uma economia débil em contacto desprotegido com um bloco económico poderoso significa o domínio daquela por este. Aqui joga em pleno a nossa condição geográfica irremovível a que aludi há pouco: sermos o único país europeu que tem um só vizinho. Que quer isto dizer? Que para Portugal e uma vez que a Espanha pretende ser admitida, e se o for, o Mercado Comum será antes de mais, e desde logo, o mercado comum ibérico, isto é, um mercado comum entre dois parceiros muito desiguais, um dos quais é três ou quatro vezes mais forte do que o outro em recursos, área, população, meios de toda a ordem. E qualquer que fosse o futuro do mercado comum europeu, para Portugal restaria sem dúvida um mercado comum peninsular, e esse não desapareceria porque o parceiro mais forte já nos impunha a sua vontade e a sua conveniência, e nós, já manietados e com a economia dominada por forças muito mais poderosas, a breve trecho seríamos o que não temos querido ser em quase nove séculos. Não nos esqueçamos de que o mercado comum germânico — o *Zollverein* — levou à unidade alemã. E se o mercado comum efectivamente se criar, e se impuser, e subsistir? Pode Portugal ficar de fora? Não nos aflijamos por isso. Então se verá o que convém. E se não formos membros, não deixaremos de subsistir por esse facto: estaríamos perante um bloco económico com que negociaríamos — como negociamos hoje com outros blocos económicos poderosos — acordos comerciais e económicos. Esse mercado comum não nos compraria os nossos produtos? Não é de crer; mas se o fizesse, igualmente não nos venderia os seus; e é um erro cândido julgar que neste momento a Europa do Mercado Comum está ansiosa pela nossa entrada, como se esta lhe fosse vital! Desejaria decerto utilizar Portugal em condições baratas. Em qualquer caso, para entrar ou não, decidamos objectivamente, friamente, sem estarmos continuamente a correr, pressurosos e subalternos, atrás de um mito europeu. É mais um mito dos últimos cinquenta anos — a Sociedade das Nações, a Conferência Económica Europeia, a Paz indivisível de 1930, o desarmamento entre as duas guerras, as Nações Unidas, a Détente, e mil outros — em

que de início se depositam todas as esperanças e de que depois resultam todas as desilusões.

Mas um aspecto deste problema me leva a outro: o fenómeno do Iberismo. Ciclicamente, o Iberismo ressurgue como manifestação patológica da sociedade portuguesa, e parece que atravessamos um desses momentos infelizes. Do que parece lícito deprender, alguns, que não sentem Portugal, afirmam que o país é difficilmente viável, por haver abandonado o ultramar; mas é curioso e sintomático que esses são os mesmos, precisamente os mesmos que se bateram — figurativamente, já se vê — pela entrega do ultramar. Pondo de parte a caridade, poderíamos perguntar-lhes: se julgam agora que não é viável Portugal sem ultramar, porque advogaram então a entrega deste? Ou já o sabiam, e então é lícito dizer que pretenderam e pretendem o fim de Portugal; ou só agora se deram conta do facto, e então assumiram perante a história e todos os demais uma gravíssima responsabilidade, além de revelarem capacidade de julgamento que não pode merecer crédito. Grave é também que um tal iberismo encontre tradicional receptividade do outro lado da fronteira onde, como já Hernani Cidade sublinhava, o dualismo peninsular é havido como uma *mentira política*, estando *a verdade política*, sempre para os que assim pensam do lado de lá da fronteira, na unidade ibérica; e nós, para cá da linha raiana, seríamos ingénuos, ou desconheceríamos as constantes históricas, se pensassemos que neste particular os tempos são outros, que determinadas situações não podem repetir-se ou que a existência de alguns problemas sérios do *lado de lá* faz esquecer este assunto ou desvia as inclinações naturais. Não devemos ser, não podemos ser, não temos que ser anti-espanhóis, e eu pessoalmente — embora seja supremamente indiferente à Espanha o que eu pense ou sinta — quero dizer que sou grande admirador do povo espanhol; julgo que devemos cooperar cordialmente no que for de interesse recíproco; mas seria candura esquecer as realidades; e seria ilusão, e nesta vejo que alguns caiem de quando em quando, pensar que a existência de reciprocidade em acordos, ou igualdade em obrigações ou direitos, salvaguarda a posição portuguesa. Explico melhor este último ponto: em empreendimentos comuns, ou acordos ou empresas, a paridade de posições é só aparente, porque por detrás

há sempre um parceiro três ou quatro vezes mais poderoso do que o outro, e que portanto dominará inevitavelmente, no plano dos factos, a situação de uma empresa ou a sua política. Neste particular, caberá salientar uma nota curiosa: sempre que entre nós nos erguemos para dizer que queremos ser independentes, alguns meios espanhóis parece que se sentem ofendidos e irritados, e consideram como antiespanhol o nosso simples mas claro desejo de sermos independentes e portugueses, e não espanhóis, ou franceses, ou marroquinos. Não vejo que qualquer outro povo se sinta ofendido com a afirmação da nossa independência. Por que o hão-de sentir-se os nossos amigos espanhóis? É ainda um outro apontamento curioso. Há tempo veio até nós, convidado por portugueses aliás, segundo presumo, um espanhol, destacado representante de um partido de extrema-direita. Fez um discurso com o elogio do «*portuguesismo*» de Filipe II. Como alguém lhe chamasse a atenção para essa falta de tacto, noutro discurso o mesmo político espanhol, embora se declarasse partidário da chamada *aliança peninsular* (que é como sabemos uma forma mal disfarçada de iberismo), afirmou que os portugueses tinham todo o direito a ser independentes, pelo que assim dava a sua aprovação à nossa independência. Parece que a assistência portuguesa aplaudiu calorosamente — e de pé. Por mim, desejaria perante este incidente de pormenor formular três perguntas: o mesmo conferencista espanhol, quando faz palestras em França, ou na Itália, ou noutro qualquer país, também lhes declara, generosamente, benevolmente, que aqueles países têm direito a ser independentes? Se não o faz, e decerto não o faz, por que motivo se sente autorizado ou obrigado a fazê-lo em Portugal? E os portugueses, os portugueses presentes na sala sentiram-se obrigados a aplaudir e a agradecer — o quê? Por mim, creio que apesar de tudo Portugal tem de continuar a olhar para o largo Atlântico mais do que para a Europa, embora sem de modo algum ignorar esta nem deixar de colaborar com ela; e naquele sentido, as relações com o Brasil, a Inglaterra (que está numa posição semelhante, e daí a continuidade e vigência da aliança luso-britânica), e os países africanos de expressão portuguesa, devem assumir alta prioridade, numa base nacional, independentemente das contingências da política interna em cada país.

\*

\*

\*

Tenho-vos falado, minhas Senhoras e meus Senhores, de alguns aspectos e problemas que julgo se apresentam à consciência nacional no plano da defesa, da nossa actividade exterior global, e do que parece ser a nossa posição perante situações de ocasião. Mas em íntima ligação com todos estes graves e difíceis problemas, está um outro por igual difícil e grave: o da nossa catastrófica situação económica e financeira. Todos nos recordamos das fases percorridas: a destruição ou desorganização dos sectores de produção, controle minoritário e partidário de serviços e sectores de distribuição, endividamento externo, estímulo ao consumo, politização do crédito, descida de produtividade, e assim por diante, com o objectivo e na esperança de erguer e implantar a tenda colectivista em Portugal. Julgo que sem exagero se pode afirmar que Portugal é hoje um vasto campo destróado; e tão graves como este facto são as suas consequências políticas, morais e psicológicas. Para podermos ter, como devemos, uma política autónoma, com autonomia de decisão, três condições são indispensáveis: mínimo de força armada (já o observei atrás), desaforo económico e de tesouraria, vontade nacional. Ora, não podemos falar de desaforo ou sequer de suficiência económica: estamos empenhados ao estrangeiro para gerações. O país não sabe exactamente quanto deve ao estrangeiro, e em que condições de juro e de amortização; mas são muitas sem dúvida as centenas de milhões de contos. Isto quer dizer que se começarmos já a trabalhar intensamente, e distrairmos anualmente apenas dez por cento do nosso produto nacional bruto para pagamento da dívida, deveremos necessitar de algumas décadas para nos libertarmos dos encargos. Seria vantajoso que os portugueses se apercebessem de tal facto. E seria também vantajoso que deixássemos de acreditar que o estrangeiro, para manter a estabilidade deste país, nos irá emprestando sempre dinheiro para as nossas extravagâncias, para alimentar a nossa ociosidade, para nos entretermos em lutas de classes, tão inúteis como

prejudiciais para todos. Não, minhas Senhoras e meus Senhores, se não trabalharmos e não produzirmos, ninguém nos sustentará; nada do que nos foi emprestado nos será perdoado; a factura ser-nos-á apresentada — já o está sendo — no plano económico ou no plano político, ou em ambos, com o enfeudamento de Portugal à colonização de outros. Aliás, julgo saber que o país está sendo vendido em pedaços: poderosos interesses económicos e financeiros estrangeiros estão comprando hotéis, largos tratos de terreno para exploração, instalações industriais. Não se trata de investimentos, que decerto seriam bem vindos se contribuíssem para criar riqueza e postos de trabalho, compensando os riscos corridos com os lucros legítimos; não; trata-se de simples transferências de propriedade, de mãos de portugueses para as de outros.

Esta situação político-económica tem tido fundas repercussões morais e psicológicas. Dir-se-ia que a sociedade portuguesa está mergulhada, nestes últimos anos, numa crise permanente. Da esperança eufórica passou à dúvida, e desta à desilusão; depois, foi o desespero; e hoje parece esmagada pela frustração, pela angústia e, o que é pior, pela abulia e pelo desinteresse. Cada português parece preocupado apenas com o dia de hoje, quando muito com o de amanhã; e perante o mistério do futuro, cuida de procurar ganhar o mais possível pelo menor preço, quero eu dizer, pelo menor esforço, ou sem esforço algum. E no entanto, o homem que hoje celebramos disse-nos que as riquezas, para serem justas, têm de ser merecidas e acrescentou mais: *«as coisas árduas e lustrosas, se alcançam com trabalho e com fadiga»*. Criou-se um sistema, todavia, em que se estimula a ociosidade e o desinteresse; os melhores e os mais esforçados não têm incentivo; mérito e competência não parece terem lugar na nossa sociedade civil; o nepotismo tem sido de regra na administração; um diploma constitucional que é um acervo de contradições e uma monstruosidade política e moral abafa a nação; e por efeito de especulação e corrupção estão criados grupos financeiros ou existem poderosos milionários de que os anteriores a 25 de Abril são simples sombra. Há assim uma vasta, profunda crise moral na sociedade portuguesa. Tudo está posto em causa, e o mais grave de tudo é o clima de ódio e a atmosfera de intolerância que se diriam instalados entre portugueses.

\*

\* \*

## Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Se o povo português não quiser continuar num caminho que leva ao abismo suicida, e não quiser perder a sua nacionalidade, terá de reganhar vigorosamente a sua *consciência nacional*. Não se trata de sugerir ou defender um regresso ao passado; não se trata de exprimir um saudosismo desprovido de objectivo. Há que partir das realidades, reconhecer o desastre, reconverter as forças disponíveis, tirar dos destroços o possível proveito, e encontrar uma nova directriz para as energias nacionais. É a isso que se tem chamado um novo projecto nacional, e que os responsáveis não foram ainda capazes de definir. Em qualquer caso, parece que esse projecto terá de assegurar a independência nacional, e esta, na conjuntura nacional, pressupõe antes de mais o ressurgimento económico do país. Importa para o efeito alterar o regime fiscal, de modo que deixe de estar subordinado a ideologias e a objectivos de política partidária. Importa ressuscitar e firmar a confiança da actividade privada. Importa dar ao trabalho português a consciência clara do que está em causa. Operários e camponeses em Portugal têm sido explorados e utilizados como matéria prima para política partidária; e apenas teriam vantagem em dar-se conta da verdadeira situação: o marxismo tem falhado por toda a parte, promete o paraíso sempre para um amanhã que nunca chega nem pode chegar, e depois de semear ruínas e ilusões está hoje na sua curva descendente para ocupar o seu lugar de recordação histórica: o marxismo é uma força destinada à derrota perante a realidade soberana da vida. Mas se é de excluir um regresso ao passado próximo, porque não podemos ficar amarrados ao que pereceu irremediavelmente, e se é de excluir também o saudosismo, porque por si não é base suficiente para uma política, há que retomar os grandes valores permanentes que firmam nações e conduzem povos: o patriotismo, a independência, o brio de ser português, a mística colectiva, as grandes propostas sociais da Igreja, a noção do bem comum — na certeza de que não nos

salvaremos uns tantos mas todos ou nenhuns. Neste quadro, cabe à juventude um papel eminente; e para os novos há que apelar, porque é deles o interesse maior em que se resolva bem a crise nacional que sofremos. No amor da juventude pela verdade contra a hipocrisia, pela justiça contra a arbitrariedade, pelo patriotismo contra o internacionalismo, pela honestidade contra a corrupção, pela competência contra a ignorância — encontrar-se-ão decerto forças impulsionadoras de um ressurgimento. É preciso que Portugal seja um país que valha a pena defender e em que valha a pena viver; e é preciso evitar que Portugal passe a ser um país que deixou de ter história ou de contribuir para a história. Uma história que começou aqui em Guimarães, há mais de oito séculos, e que todos devem ter a responsabilidade de continuar. Trata-se de reconquistar Portugal para os portugueses. E é neste quadro que se impõe sempre o regresso a Luiz de Camões — porque ele nos dá as razões permanentes da nossa consciência nacional, dos nossos valores, dos nossos princípios, dos nossos objectivos como povo. Por isso há quatrocentos anos que sucessivas gerações portuguesas lhe tributam o seu culto, buscam nele inspiração e colhem ensinamento, e que se abrigam ao calor da sua fé, à tutela espiritual dos seus heróis portugueses. Camões diz-nos que a hora será sempre portuguesa para Portugal se nós tivermos uma vontade política nacional. Portugal — é querermos ser portugueses. Seremos nós e queremos nós tomar a responsabilidade moral e a responsabilidade política de sermos a primeira geração a trair todas as anteriores?

O orador que foi escutado com o maior interesse por todos os ouvintes, recebeu no final do seu notável trabalho uma calorosa e demorada ovação, ao que se seguiu um demorado diálogo com parte da assistência, entre a qual se viam também muitas Senhoras.

— Na tarde de terça-feira o Embaixador Franco Nogueira visitou o Paço dos Duques de Bragança e os Museus da S. M. S. e apresentou cumprimentos ao Rev.<sup>mo</sup> D. Prior de Guimarães. À noite, uma vez terminada a Conferência, ainda se demorou por mais uns minutos a autografar livros seus, a pedido de vários assistentes.